

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
Circulante	6.015	4.632
Depósitos Bancários	142	181
Títulos e Valores Mobiliários	5.793	4.371
Outros Créditos/Outros Valores e Bens	80	80
Não Circulante	1.038	1.129
Realizável a Longo Prazo	658	652
Valores Pendentes de Receb. Cobrança Judicial	625	619
Devedores p/Depósitos em Garantia	33	33
Permanente	380	477
Investimentos	6	6
Imobilizado	820	434
(-)Depreciações do imobilizado de uso	(489)	-
Diferido	-	-
Intangível	211	37
(-) Amortizações do intangível	(168)	-
Compensação	222.665	190.389
Consórcios	220.218	190.261
Recursos Utilizados	190.311	158.155
Recursos a Utilizar	29.907	29.581
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	2.308	2.525
Rendas Títulos e Valores Mobiliários	139	128
TOTAL DO ATIVO	229.718	196.150
PASSIVO		
Circulante	1.251	1.331
Impostos e Contribuições a Recolher	202	231
Obrigações p/Recursos de Consorciados - Gr.Enc.	594	644
Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	443	310
Credores Diversos - País	12	13
Outras Despesas Administrativas	-	133
Não Circulante	658	652
Exigível a Longo Prazo	658	652
Recursos Pendentes de Recebimento-Cobrança Judicial	625	619
Provisão para Passivos Contingentes	33	33
Compensação	222.665	190.389
Consórcio	220.218	190.261
Recursos Utilizados	190.311	158.155
Recursos a Utilizar	29.907	29.581
Recursos mensais a receber de Consorciados	2.308	2.525
Rendas Títulos e Valores Mobiliários	139	128
Patrimônio Líquido	5.144	3.778
Capital Social	1.788	1.788
Lucros (Prejuízos) Acumulados	3.356	1.990
TOTAL DO PASSIVO	229.718	196.150

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADA EM 31/12/2019 - (Em milhares de reais)

	31/12/2019 (2º Semestre)	31/12/2019 (Exercício)	31/12/2018 (Exercício)
Receita Bruta de Prestação de Serviços	3.849	7.282	7.290
Impostos s/ Vendas de Serviços	(256)	(484)	(485)
Lucro Bruto	3.593	6.798	6.805
Receitas Operacionais	139	271	236
Variações Monetárias Ativas	-	-	-
Receitas Financeiras	139	271	245
Despesas financeiras	(2)	(5)	(4)
Despesas Administrativas	(2.524)	(4.823)	(5.144)
Despesas Operacionais	(48)	(102)	(72)
Variações Monetárias Passivas	(11)	(23)	(38)
Outras Despesas Operacionais	(192)	(362)	(360)
Resultado Operacional	1.094	2.025	1.668
Receitas não Operacionais		67	14
Despesas não Operacionais		-	-
Resultado Antes da Contribuição Social	1.094	2.092	1.682
(-) Provisão para Contribuição social	(199)	(199)	(163)
Lucro Antes do Imposto de Renda	895	1.893	1.519
(-) Provisão para Imposto de Renda	(528)	(528)	(428)
Lucro (Prejuízo) Apurado no Período Base	367	1.365	1.091

DRA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - 30/12/2019

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Resultado do Período	1.365	1.091
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	1.365	1.091

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2019 - (Em milhares de reais)

Atividades Operacionais	31/12/2019 (2º Semestre)	30/06/2019 (1º Semestre)
Resultado Líquido do Semestre	367	998
Depreciações e Amortizações	48	54
Ganhos na venda de bens do imobilizado	-	(67)
(Aumento) Redução nas Contas do Ativo		
Valores Pendentes - Cobrança Judicial	30	(62)
Adiantamentos e Antecipações Salariais	(4)	22
Cheques a Receber	(6)	1
Impostos e Contribuições a Compensar	348	(348)
Outros Valores e Bens	14	(16)
taxa de Administração a Receber	-	14

Aumento (Redução) nas Contas do Passivo		
Impostos e Contribuições a Recolher	11	(39)
Obrigações p/Recursos Grupos Encerrados	9	(52)
Provisão p/ Pagamentos a Efetuar	(61)	61
Provisão p/Passivos Contingentes	-	-
Credores Diversos no País	(19)	17
Dividendos e Bonificações a Pagar		
IRRF s/Juros do Capital Próprio a Recolher		
Caixa Líquido gerado das atividades operacionais	737	583
Atividades de Investimentos		
Alienações de Ativo Imobilizado	-	-
Alienações de Ativo Imobilizado	-	85
Aquisições de Ativo Imobilizado	(11)	(11)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(11)	74
Atividades de Financiamentos		
Lucros Distribuídos no Período	-	-
Lucros Distribuídos no Período/Ajustes Exercícios Anteriores	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	726	657
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5.209	4.552
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do Período	5.935	5.209

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2019

NOMENCLATURA	30/06/2019	CAPITAL	LUCROS	PREJUÍZOS	31/12/2019
Capital	1788	-	-	-	1788
Lucros 1º Semestre	998	-	-	-	998
Lucros 2º Semestre	-	-	367	-	367
Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	1990	-	-	-	1990
Prejuízos 1º Semestre	-	-	-	-	-
Prejuízos 2º Semestre	-	-	-	-	-
TOTAL	4.776	-	367	-	5.143

DVA - DEMONSTRATIVO DO VALOR AGREGADO - 31/12/2019

	31/12/2019	31/12/2018
1 - RECEITA	3.988	7.541
Receita da Prestação de Serviços	3.848	7.290
Outras Receitas Operacionais	140	237
Receitas Não Operacionais	-	14
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	870	2.536
Custos do Serviços Prestados	870	2.536
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.118	5.005
4 - RETENÇÕES	49	46
Depreciação, Amortização e Exaustão	49	46
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	3.069	4.959
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	139	244

Receitas Financeiras	139	244
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	3.208	5.203
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.208	5.203
Pessoal e Encargos	1.362	3.157
Impostos, Taxas e Contribuições	468	907
Juros e Aluguéis	13	48
Déficit do Exercício	1.365	1.091

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA EM 31/12/2019 - (Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
Circulante	60.559	64.377
Disponibilidades	29.907	29.580
Depósitos Bancários	263	365
Aplicações Financeiras	29.644	29.215
Outros Créditos	30.652	34.797
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	30.652	34.797
Compensação	164.286	194.667
Consórcio	164.286	194.667
Previsão Mensal de Recursos a Receber	2.308	2.525
Contribuições Devidas ao Grupo	87.506	104.491
Valores de Bens/Serviços a Contemplar	74.472	87.651
TOTAL DO ATIVO	224.845	259.044
PASSIVO		
Circulante	60.559	64.377
Obrigações Diversas c/ Consorciados	19.711	20.380
Valores a Repassar	1.644	1.828
Obrigações Contemplações a entregar	18.254	20.760
Recursos a Devolver a Consorciado	13.161	13.827
Obrigações com a Administradora	-	-
Recursos dos Grupo	7.789	7.582
Compensação	164.286	194.667
Consórcio	164.286	194.667
Recursos Mensais a Receber Consorciados	2.308	2.525
Obrigações do Grupo Contribuições	87.506	104.491
Bens ou Serviços a Contemplar	74.472	87.651
TOTAL DO PASSIVO	224.845	259.044

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS EM 31/12/2019

	31/12/2019 (2º Semestre)	31/12/2019 (Exercício)	31/12/2018 (Exercício)
Disponibilidades - (Início do período)	31.969	29.581	30.369
Depósitos Bancários	206	366	360
Aplicações Financeiras	12.318	8.455	9.200
Aplicações Vinculada a Contemplação	19.445	20.760	20.809

(+) Recursos Coletados	24.160	47.913	45.952
Contribuições para Aquisição de Bens	18.902	37.465	35.721
Taxa de Administração	3.098	6.191	6.037
Contribuições ao Fundo de Reserva	565	1.127	1.088
Rendimentos Aplicações Financeiras	414	885	899
Multas e Juros Moratórios	160	297	262
Prêmios de Seguros	715	1.457	1.446
Outros	306	491	499
(-) Recursos Utilizados	26.221	47.586	46.740
Aquisição de Bens	17.801	34.323	33.735
Taxa de Administração	3.169	6.324	6.203
Multas e Juros Moratórios	80	148	131
Prêmios de Seguros	728	1.476	1.469
Devolução a Consorciados Desligados	3.099	3.665	3.916
Outros	1.344	1.650	1.286
Disponibilidades - (Final do período)	29.908	29.908	29.581
Depósitos Bancários	263	263	366
Aplicações Financeiras	11.391	11.391	8.455
Aplicações Vinculada à Contemplação	18.254	18.254	20.760

São José do Rio Preto/SP, 31 de Dezembro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DO CARMO FARIA
DIRETOR EXECUTIVO

HELENA APARECIDA SARTORETO MOLENA
DIRETORA FINANCEIRA

JURACY FERREIRA DE SOUZA
TC -CRC 1SP224787/O-5

FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

CNPJ nº 45.725.975/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÁS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2019

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade tem por finalidade a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor emanada pelo Banco Central do Brasil, de um consórcio, cujo objetivo é propiciar á cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de veículos automotores, imóveis e outros bens.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os critérios do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e dispositivos constantes da Lei nº 11.638 de 28/12/2007 e Lei nº 11.941 de 27/05/2009, observando-se as seguintes práticas contábeis:

NOTA 3 -PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

3.1 – A apuração do resultado é reconhecida segundo o regime de competência de exercícios, exceto pela taxa de administração que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento, de acordo o disposto no item 1.26.1.2 do COSIF.

3.2 - As aplicações interfinanceiras de liquidez e os valores mobiliários estão registrados pelo valor de aplicação ou de aquisição acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

3.3 – Ativo Não Circulante

3.3.1 – Imobilizado - É demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31/12/1995, mais as adições e baixas ocorridas até 31/12/2019 e sua depreciação é calculada pelo método linear, a qual contempla a vida útil econômica dos bens.

3.4 – Passivo Circulante

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicavel , dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.4.1 - A provisão para Imposto de Renda é constituída á alíquota de 15% sobre o Lucro Real, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para a Contribuição Social sobre o

Lucro é constituída á alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente.

3.4.2 - As provisões de férias e 13º salário, são constituídas com base na remuneração dos empregados, inclui as vencidas e proporcionais e os correspondentes encargos sociais e o adicional de um terço.

3.5 – Passivo não Circulante

3.5.1 – Os valores não retirados por Consorciados Desistentes e Excluídos, bem como, aqueles oriundos de Fundo de Reserva á disposição de consorciados ativos, relativos a grupos encerrados, encontram-se atualizados ás taxas vigentes no mercado financeiro e estão inclusos e consignados sob as rubricas “Recursos não Procurados”, no montante de R\$ 411.755,27 e “Valores a Transferir para Recursos não Procurados-DEJUR”, no montante de R\$ 143.872,16, perfazendo o total de recursos a devolver de R\$ 555.627,43.

3.5.2 – Provisões para ativos e passivos contingentes e obrigações fiscais

a-) Ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 não existiam ativos contingentes.

b-) Provisão para riscos e passivos contingentes

As provisões para riscos são representadas por contingências cíveis e trabalhistas com probabilidade de perda provável, conforme segue:

	Cível/Fiscais		Trabalhista		Total	
	30.06.19	31.12.19	30.06.19	31.12.19	30.06.19	31.12.19
Saldos no início do período	-	-	32.715	33.202	32.715	33.202
Constituições/Atualizações	-	-	487	10.057	487	10.057
Baixas/Reversões	-	-	-	10.568	-	10.568
Saldos no fim do período	-	-	33.202	32.691	33.202	32.691

3.6 – Patrimônio Líquido

3.6.1 - O Capital Social, subscrito e integralizado está dividido em 1.788.228 de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencente a quotistas residentes no País.

SÓCIOS	CAPITAL	%
José Antonio do Carmo Faria	1.785.228,00	99,82%
José Antonio do Carmo Faria Junior	1.000,00	0,06%
Wayne do Carmo Faria Sobrinho	1.000,00	0,06%
Analúcia do Carmo Faria de Barros	1.000,00	0,06%

TOTAL	1.788.228,00	100,000%
--------------	---------------------	-----------------

3.6.2 – Limite de Alavancagem - Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das Administradoras de Consórcio estabelecido no artigo 6º, § 1º da Circular Bacen nº 3.433 de 03/02/2009, conjugado com o artigo 1º, § 1º, incisos I, II e III da Circular Bacen no 3.524 de 03/02/2011, assim apurado: Passivo Circulante + Passivo Não Circulante da Administradora (R\$ 1.909.254,24 (-) Recursos Pendentes de Recebimento – Cobrança Judicial (R\$ 663.670,63) + Disponibilidades de Grupos de Consórcio (R\$ 29.907.287,22 (-) Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (R\$ 18.253.503,50) = R\$ 12.899.367,33 versus Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 30.861.896,10 (R\$ 5.143.649,35 x 6).

3.6.3 – Limite de Imobilização – Nos termos da já citada Circular nº 3.524, artigo 2º, § 1º, Item II, o Ativo Permanente das administradoras de consórcio não podem ultrapassar 100% do PLA – Patrimônio Líquido Ajustado. Ativo Permanente em 31/12/2019 (R\$ 380.472,67) e Patrimônio Líquido Ajustado (R\$ 5.143.649,35).

3.7 – Impairment (Valor Recuperável do Ativo)

A empresa não apresentou nenhum fato que fosse necessário a realização de ajustes para o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, em atendimento a Circular/Bacen nº 3.387 de 03/06/2008, e Comunicado Técnico 01 do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC).

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

4.1 - As Aplicações Financeiras Vinculadas são efetuadas exclusivamente em quotas do FUNDO SANTANDER FIC FI EXTRA PLUS RENDA FIXA REFERENCIADO DI, nos termos do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.261 de 28/10/2004, sendo demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência.

4.2 – Os rendimentos das aplicações são rateados pelos grupos proporcionalmente aos seus saldos diários.

4.3 – As demonstrações de recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, consolidadas, são preparadas a partir das demonstrações individuais de cada grupo.

4.4 – Os recursos coletados correspondem aos valores arrecadados dos grupos por ocasião do pagamento das prestações, reconhecidos mensalmente por regime de caixa.

4.5 – Os recursos utilizados representam desembolsos efetuados por conta dos grupos de consórcio, para sua manutenção.

4.6 - Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos dos grupos de consórcio.

4.7 – A Taxa de Administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio que varia de acordo com a espécie do bem.

NOTA 5 – GRUPOS DE CONSÓRCIO – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2019
Nº de Grupos Administrados	54	53	53
Qtde Bens Entregues no Período	631	623	651
Taxa de Inadimplência	17%	19%	19%
Nº de Consorciados ativos	6.366	6.235	5.905
Nº de Desistentes/Excluídos	11.362	11.620	12.015
Qtde Bens Pendentes de Entrega	635	659	658

A Taxa de Administração média praticada nos grupos de bens móveis é de 14%.
A Taxa de Administração média praticada nos grupos de bens imóveis é de 17%.

NOTA 6 – COMPONENTE ORGANIZACIONAL DE OUVIDORIA

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.849 de 25 de março de 2010, e pelas Circulares Bacen nºs 3.501 e 3.503, respectivamente de 16 de julho de 2010 e 26 de julho de 2010, o Componente Organizacional de Ouvidoria se encontra em pleno funcionamento.

NOTA 7 – PARTES RELACIONADAS

Nos termos da Carta-Circular 3.410 de 13/08/2009, informamos que as transações com partes relacionadas se restringiram ao pagamento de bens junto á empresas ligadas (FARIA VEICULOS LTDA e FARIA MOTOS LTDA), eventualmente adquiridos dessas empresas por consorciados contemplados em grupos por nós administrados.

NOTA 8 – MANUAL DE CONTROLES INTERNOS

A Administradora mantém atualizado o Manual de Controles Internos, onde encontra-se registrado:

- a-) O processo operacional da Administradora e dos Grupos de Consórcio;
- b-) O gerenciamento de riscos; e
- c-) O gerenciamento de contingências.

NOTA 9 – CONTINGÊNCIAS

As Declarações de Imposto de Renda e outros impostos estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis.

NOTA 10 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Administradora não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de Dezembro de 2019, cujas divulgações sejam requeridas nos termos das normas e instruções do BACEN.

NOTA 11 – CONVERGÊNCIAS DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo CMN – Conselho Monetário Nacional.

Os procedimentos contábeis já aprovados foram:

- *Resolução Nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- *Resolução Nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- *Resolução Nº 3.750/09 – Divulgação das Partes Relacionadas (CPC 05);
- *Resolução Nº 3.823/09 – Provisões de Passivos e Ativos Contingentes (CPC 25);
- *Resolução Nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- *Resolução Nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10); e
- *Resolução Nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (CPC 023).

Atualmente não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar os demais procedimentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses procedimentos nas demonstrações contábeis.

NOTA 12 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Risco de crédito

A atividade de administração de consórcios, por sua própria natureza, possui reduzidos fatores de riscos financeiros, visto que o principal risco, o de crédito de um grupo de consórcio, é assumido pelo grupo de consorciados. Contudo, a administradora pode, por questões comerciais, assumir os saldos dos grupos que venham a se encerrar devedores, assumindo os créditos juntos aos consorciados inadimplentes.

A empresa tem como prática a contemplação de todos os consorciados adimplentes quando do encerramento dos grupos de consórcio, mesmo que o grupo se encerre devedor. Essa prática expõe a Administradora a um risco de crédito, cuja gestão é realizada corporativamente e busca minimizar potenciais efeitos adversos na empresa. Os principais procedimentos de gestão do risco de crédito são: análise de crédito detalhada quando do pagamento do bem ou serviço ao consorciado e a obtenção de garantias, alienação do bem entregue ou garantia real no caso de um serviço;

b) Risco de liquidez

A Administradora é capitalizada, não possui recursos tomados junto a terceiros e todas suas disponibilidades são aplicadas em Títulos e Valores Mobiliários, em sua maioria de liquidez imediata, em instituições financeiras, consideradas pelo mercado, de primeira linha. Sendo assim, o risco de liquidez da Administradora é praticamente nulo. Adicionalmente, a Administradora possui limites de patrimônio líquido ajustado e limites operacionais que estão sendo observados pela administração, conforme disposições do Banco Central do Brasil;

NOTA 13 – AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 31/01/2020.

NOTA 14 – FATOS SUBSEQUENTES

A Administradora não apresenta eventos relevantes subsequentes ao fechamento de 31 de Dezembro de 2019.

**JOSÉ ANTONIO DO CARMO FÁRIA
DIRETOR EXECUTIVO**

**HELENA APARECIDA SARTORETO MOLENA
DIRETORA FINANCEIRA**

**JURACY FERREIRA DE SOUZA
TC-CRC 1SP224787/O-5**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Administradores da
FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
São José do Rio Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FINAMA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.

- Avaliaremos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 28 de fevereiro de 2020.-

**ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-5**

ANTONIO CARLOS RUBINATO
Contador CRC1SP11745/O-5
Registro IBRACON n° 5.092

JÉSSICA C.MORENO G. RUBINATO
Contadora – CRC1SP297849/O-9
CNAI n° 6.424